

Um bairro italiano em São Paulo: arquivos e fontes para uma história do Bixiga

ANA LUCIA DUARTE LANNA

A partir de 2007 conduzi um trabalho de pesquisa coletivo que buscava pensar relações entre os estrangeiros e as cidades no Brasil do século xx¹. A pesquisa que desenvolvi, dentro desse projeto maior, procurava compreender a estruturação de um lugar da cidade de São Paulo que, desde finais do século XIX e marcadamente a partir de finais do século XX, é identificado, compreendido, representado e nomeado como um bairro italiano: o Bixiga.

A identificação desse lugar da cidade como um bairro italiano nutre-se de diversos elementos que vão desde o afluxo significativo de população estrangeira, vinda do sul da Itália nos primeiros dez anos do século XX, até um processo de patrimonialização do bairro, iniciado na década de 1970. Esse processo reavivou, ou inventou, tradições ditas italianas que abarcam festas, comida e música. A configuração do espaço, com pequenas casas que ocupam integralmente a frente de lotes estreitos e profundos, associou a italianidade do bairro a setores médios urbanos e atividades artesanais tais como padarias, pequenas oficinas e cantinas populares.

Arquivos, fontes e narrativa de um bairro italiano

A pesquisa foi iniciada com levantamento documental em acervos que informavam sobre a ocupação do espaço e sua transformação em bairro. Duas foram as fontes documentais essenciais: as séries de obras particulares localizadas no Arquivo Histórico Municipal (AHM) e os registros de operações imobiliárias que compõem o Arquivo Aguirra sob guarda do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP).

A Série Obras Particulares, como o nome sugere, é constituída por pedidos de obras novas, reformas e adequações à legislação realizadas pelos proprietários dos lotes e/ou responsáveis pelas obras. Ela revela o movimento de ocupação e transformação das construções e do uso dos lotes. Mas também fala sobre as práticas de fiscalização municipal revelando como a lei e o entendimento que dela se faz constroem espaços. Indica ainda a presença dos construtores, proprietários e engenheiros/arquitetos que com seus

saberes desenharam a cidade, e como esses desenhos carregam qualidades técnicas e diferenças sociais que antes de ganharem materialidade já evidenciam de forma incontestável as diferenças sociais que configuram o espaço urbano.

Olhando a série no seu conjunto, este corpo documental revela o Bixiga como um espaço plural. Casas burguesas e operárias, unifamiliares e de uso misto, alinhadas ou recuadas das calçadas, ocupando todo o lote ou subdividindo-o. Revela ainda a relação entre moradia, serviços e lazer; entre usos das áreas edificadas e não edificadas. Mostra a existência de muitas linguagens construtivas, sua coexistência, alteração e manutenção ao longo do tempo. A relação da cozinha e do banheiro na ordenação das casas, assim como a substituição de cocheiras e animais pelos automóveis são alguns exemplos destes processos. A introdução do automóvel no cotidiano das casas e da cidade implica uma reconfiguração do uso do lote que dá à máquina um lugar central e frontal, que os animais nunca tiveram.

Os registros do Arquivo Aguirra são compostos por milhares de fichas produzidas a partir de informações coletadas e organizadas por seu titular, João Baptista de Campos Aguirra (1871-1962). As fichas por nós consultadas, organizadas por nome das ruas, trazem informações sobre a formação, organização e divisão fundiária. Contêm também informações diversas, dentre as quais selecionamos o comprador e vendedor, vizinhos, dimensões do lote e valor da transação. A coleção inclui, além dessas fichas, mapas, cadastros, livros e fotografias, entre outros itens.

Levantamos, nesses dois acervos, informações sobre 14 ruas localizadas no que foi o loteamento inicial do Bixiga². A realização desse trabalho colocou o primeiro desafio da pesquisa: como lidar com o volume de informações obtidas. Foram quase dois mil registros que indicavam a ocupação dos lotes, a conformação da base fundiária, mas que simultaneamente nos contavam sobre os proprietários e moradores, suas origens, trabalhos e ofícios, formas de convivência.

Por meio do cruzamento das fontes desses dois arquivos, reconhe-

cemos a presença generalizada, em todos os grupos sociais que ocupavam o bairro, de formas de morar coletivas. A ideia de família como núcleo reduzido a um casal e seus filhos não se confundia com a organização das habitações. Morar de forma coletiva englobava uma variedade enorme de arranjos: desde os já conhecidos cortiços – edificações expressamente construídas para abrigar em seus diversos cômodos famílias variadas que compartilhavam áreas comuns –; até casas aburguesadas onde moravam pais e filhos com suas respectivas famílias; ou ainda casas que nas edículas e quartos tinham espaços sublocados.

Os registros também indicavam que, apenas de forma excepcional, as casas eram destinadas exclusivamente para moradia. Novamente a associação entre trabalho e moradia perpassava a diversidade social presente no bairro, indicando muitos arranjos de sobrevivência. Esta pluralidade valia tanto para imóveis alugados quanto para aqueles ocupados pelo proprietário.

A presença de cocheiras por todo o bairro, sempre localizadas nos fundos dos terrenos, indicavam a presença de serviços que demandavam entregas e deslocamentos pela cidade. A leitura de jornais complementa essa informação ao registrar, nas centenas de acidentes, atropelamentos e pequenos acontecimentos cotidianos, a presença de carroças puxadas por animais cujos endereços ficavam no Bixiga.

Por fim, identificamos um sem número de casos em que a casa, além de moradia e trabalho, também abrigava atividades de lazer, fossem os pequenos bares e cantinas que começavam a se constituir, fossem festas e eventos públicos.

Essa diversidade de práticas vinha mesclada com uma rápida e intensa transformação da base fundiária. Glebas que, formadas nas décadas finais do século XIX, quando teve início o loteamento, tinham se transformado em quadras com pequenos lotes; casas que subdividiam os terrenos fazendo aparecer na numeração as letras a, b, c, indicando a fragmentação, ou ainda reformas sucessivas no mesmo lote que não alteravam a base fundiária, mas definiam intensidades de ocupação.

A imensa maioria dos lotes localizados no Bixiga tinha, ao final dos anos 1910, entre 4,5m e 10m de frente. A profundidade dos lotes era variável, obedecia muitas vezes à topografia do terreno e encerrava-se nos vários cursos d’água que atravessavam o bairro. Essa conformação dos lotes levou a que fossem, frequentemente, edificações onde o cômodo da frente era utilizado para comércio e/ou serviços, e a habitação ficava implantada ao longo do lote. Muitas pequenas casas em série, que caracterizam os cortiços do bairro foram construídas assim, em fileiras organizadas em torno de um corredor de distribuição. Esses processos nos mostravam as casas e seus usos no que, até hoje, é a base fundiária do bairro.

Mas também conseguimos recuperar processos que nos permitiram entender os movimentos muito rápidos de formação de fracionamento de glebas de terra, que resultaram nessa estrutura relativamente duradoura. Pudemos reconhecer uma multiplicidade de investidores, desde grandes capitalistas até membros dos setores médios que adquiriam um único lote aproveitando os valores ainda reduzidos do preço da terra em relação à centralidade do bairro.

O loteamento do Bixiga caracterizava-se pela venda de terrenos de dimensões muito variadas, sem estabelecer um padrão de ocupação, e extrapolando em alguns deles os padrões máximos de lotes urbanos. Em 1878, quando teve início a venda das terras, o lugar ainda oscilava entre a ideia de arrabalde e bairro.

Terrenos do Bixiga

Vendem-se magníficos terrenos às braças ou em grandes lotes, com pastos ou matas, a vontade do comprador. Não há nada a desejar nestes terrenos dentro da cidade, água corrente, em diversas fontes, lindos golpes de vista para as bonitas chácaras, ruas de 60 palmos de largura. Preços baratíssimos, desde 20\$, 30\$, 40\$ até 50\$000 a braça, com 30 braças e mais de fundo, conforme a localidade escolhida. A planta acha-se nas oficinas de Santo Antônio, no Bexiga, podendo ser examinado a qualquer hora, tanto a planta como os terrenos.

Para tratar com proprietários na mesma oficina ou com E. Rangel Pestana, na Rua Imperatriz n. 44.³

Podemos acompanhar, através das fichas do Arquivo Aguirra, os processos de compra e venda de um terreno que foi inicialmente anunciado pelos loteadores como:

[...] uma excelente chácara um dos melhores arrabaldes da cidade, tendo um lindo sobrado para residência, um imenso quintal com horta e árvores frutíferas e um grande pasto. Dista da cidade três ou quatro minutos tem bondes quase à porta.

O quintal tem para mais de seiscentas braças de comprimento e em breve terá duas frentes, de modo a se poderem fazer casas nos fundos ou vender terrenos destacar esta ideia que é importante para a originalidade do loteamento⁴.

Vende só ou com mais três casinhas ao lado que dão bons aluguéis.

Para tratar com o Dr. Paulo Egydio, em seu escritório de advocacia das 11 às 2 horas da tarde, ao largo Municipal nº 7 (antigo largo da cadeia), ou em sua residência no Morro do Chá, Rua Barão de Itapetininga⁵.

Renato Cristoffi⁶, analisando os dados coletados, mostrou que José Joaquim Martins comprou a gleba em dois de março de 1879, pelo valor de 4000\$000 réis. As terras estavam situadas entre as ruas São Domingos, Conselheiro Ramalho, Major Diogo e Manoel Dutra. Tratava-se da comercialização da totalidade da área de uma das quadras oriundas do arruamento empreendido quando da abertura das ruas do Bixiga. A casa situada em seu interior fazia parte da sede da Chácara do Bixiga.

Imediatamente o proprietário inicia desmembramentos que resultam em lotes de pequenas e médias dimensões, revendidos a diversos proprietários. Nesse processo consegue reaver significativa parte do capital investido inicialmente. Os compradores continuaram a fracionar lotes e diminuir o padrão de ocupação. Vale destacar que continuavam a existir lotes de maiores dimensões.



FIGURA 1
Limite da gleba adquirida
por José Joaquim Martins.

Dentre os que compraram grandes áreas da terra de Martins estavam Francisco Sampaio Moreira e Eusébio Gamba, ambos conhecidos e importantes capitalistas paulistanos. J. J. Martins escolheu a esquina das ruas Manoel Dutra com Conselheiro Ramalho para iniciar o fracionamento de sua área. Passados sete meses da compra da área da companhia de Antonio José Leite Braga, Martins vendeu nessa esquina – para o italiano Carlos Rossi – um terreno com 44m de frente à Rua Conselheiro Ramalho e 77m para o fundo, pelo valor de 300\$000 réis. Essa área ficaria pouco tempo sobre posse de Rossi. Dois meses passados, foi vendida ao italiano Eusébio Gamba. No ano seguinte, o mesmo Eusébio Gamba aumentou suas terras comprando, do outro lado da Rua Manoel Dutra, um novo terreno com 32,5m de frente, pelos mesmos ditos de fundo. O proprietário era o mesmo J. J. Martins. A outra metade da quadra (44 x 77m), com frente para a Rua Manoel Dutra e esquina com a Rua Major Diogo, foi vendida a Francisco Sampaio

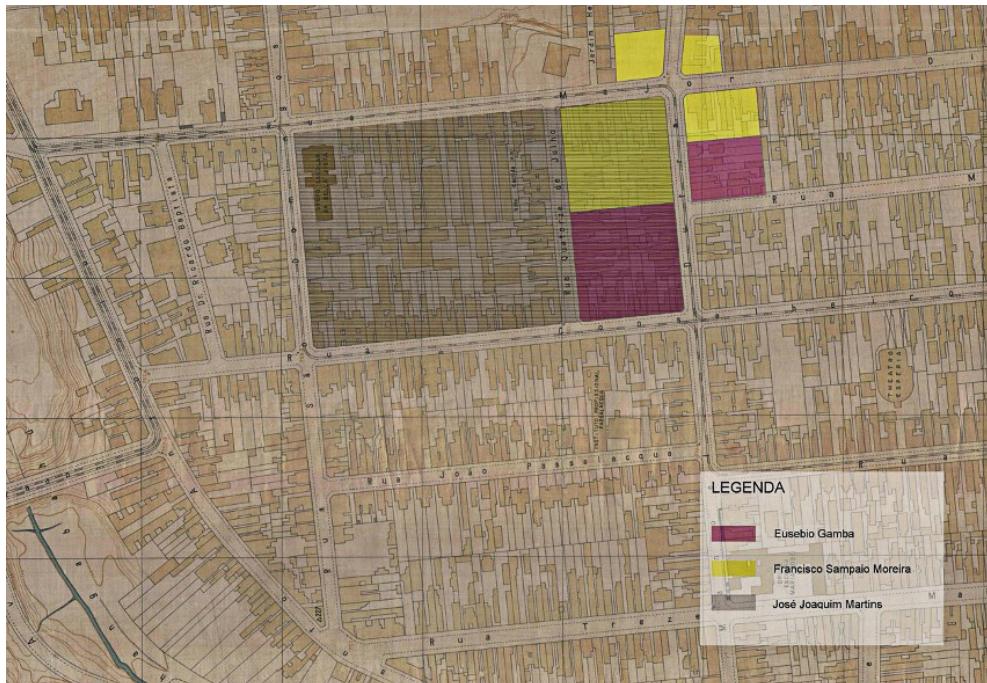


FIGURA 2

Desmembramento da gleba de J. J. Martins e terras adquiridas pelos loteadores Eusébio Gamba e Francisco Sampaio Moreira.

Moreira em julho de 1880. Sampaio Moreira compra também área localizada do outro lado da rua, vizinha a de Eusébio Gamba.

A Rua Quatorze de Julho foi aberta e separou as terras de Martins das de Gamba e Moreira, ampliando as possibilidades de fracionamento e venda. Nesse trecho, como podemos ver, os fracionamentos posteriores realizados por Gamba e Francisco Sampaio Moreira, tiveram por frente a Manoel Dutra por um lado, e a recém-aberta Rua Quatorze de Julho por outro. Do mesmo modo, J. Martins realizou desmembramentos de lotes no lado oposto da mesma rua.

Os terrenos de Eusébio Gamba foram revendidos passados dezoito anos. Foram fracionados em lotes, com medidas frontais de 5, 6, 7,5m, todos tendo por fundo 26m. Essa configuração dos lotes,

que pode ser vista na base do mapa Sara Brasil de 1934 persiste até os dias atuais. Eusébio Gamba⁷ possuía outros terrenos no Bixiga, todos adquiridos nos anos iniciais do loteamento.

Em processo similar ao realizado por Eusébio Gamba, reconhecemos as ações do português Francisco Sampaio Moreira, que comprou três grandes áreas situadas na Rua Major Diogo⁸ pelo valor de 4000\$000 réis, e fez, nos dez anos seguinte, inúmeras pequenas partições que lhe permitiram ganho expressivo.

As áreas foram compradas por Francisco Sampaio Moreira⁹ na Rua Major Diogo, ainda no ano de 1880. Pelas fichas do Arquivo Aguirra e do AHM, sabemos que esse investidor realizou três transações, através das quais foram adquiridos grandes lotes: de José Joaquim Martins, comprou uma área de 77m por 77m, no valor de 800\$000 réis; de Pedro Frederico Rolide, um lote menor com 22m de frente, no valor de 200\$000 réis; e por fim, a aquisição junto à Dona Eugênia Pereira Braga, viúva do loteador Antonio José Leite Braga, de um conjunto de quatro outras áreas de 77m, 44m, 88m e outra sem referência de medida frontal, todas lindeiras ao fundo com o córrego do Bixiga, no valor de 2000\$000 réis.

A série documental demonstra que passados dois anos, em 1882, Francisco Sampaio Moreira obteve ganho de capital na Rua Major Diogo. Do terreno comprado do pioneiro italiano Pedro Frederico Rolide, com 22m de frente, realizando uma partição meeira, negocia a venda de um lote com José de Mello e sua esposa Maria Angélica por 375\$000 réis, sendo 75\$000 réis a mais que o valor pago pelo dobro da terra vendida.

A formação desse lote, que em 1912 pertencia ao inventário do italiano Rafael Briganti, nos permite entender o padrão do desenvolvimento da “forma urbana” desde o loteamento fundador pela Antonio José Leite Braga e Cia., em 1878, até a consolidação das dimensões em padrão urbano. Tal lote, que sabemos permanecer atualmente com 11m de frente, situado a Rua Major Diogo, nos aponta o panorama do caminho da terra na região, pelas diversas partições e desmembramentos, até sua consolidação.

Ao acompanharmos esses processos de compra e venda e fracio-

namento da terra apreendemos também um aspecto essencial para a formação deste bairro: na fixação do valor comercial do lote era essencial sua dimensão frontal. Processos similares podem ser reconhecidos na formação de outros bairros populares como Brás, Pinheiros e áreas da Cerqueira César.

Ao lado desses grandes investidores e especuladores, que nunca foram moradores do bairro, localizamos também compras de lotes urbanos, já nas dimensões consolidadas depois das partições iniciais de glebas maiores, de moradores do Bixiga e majoritariamente italianos.

A trajetória de Humberto Badolato nos ajuda a identificar esses setores médios abastados, moradores do bairro que se transformam em proprietários de alguns imóveis. Badolato era renomado construtor em São Paulo, tendo sido responsável por obras tais como o Hotel Piratininga, localizado na prestigiosa região da Luz. Era também responsável pela organização da festa de Nossa Senhora Achiropita e importante liderança política do bairro. Tinha como vizinho de sua moradia Domingos Chichuchio, que trabalhava como pintor na casa de João Fernandes, localizada no próprio bairro. Badolato adquiriu cinco propriedades no bairro, próximas à sua casa. Possivelmente ele, como outros moradores, tais como os Mamana e os Albanese, moradores respectivamente das ruas Major Diogo e São Domingos, alugavam suas outras propriedades ou as cediam para moradia de filhos e familiares. A proximidade entre as propriedades de moradia e aluguel era uma recorrência entre esses grupos sociais¹⁰.

Havia ainda, na trama diversificada do bairro, propriedades localizadas em grandes lotes urbanos, tais como o localizado na rua Major Diogo, onde morava o capitalista João Guerra e, a partir dos anos 1920, Dona Sebastiana de Mello Freire, a Dona Yayá. As centenas de cortiços e habitações precárias estavam misturadas e eram lindeiras a essas casas de maior porte. A diversidade e a complexidade configuravam o bairro, mesmo quando operavam em lotes de dimensões similares e casas que aparentemente organizavam-se pelo mesmo padrão de domesticidade.

Os registros do arquivo Aguirra e das Obras Particulares indicam presença majoritária de italianos na condição de proprietários dos pequenos lotes. Em algumas ruas como a Major Diogo e a Treze de Maio eles são mais de 50% dos proprietários. Essa documentação, ao organizar-se a partir da propriedade, exclui de seus registros não só os mais pauperizados, mas sobretudo a população negra que habitava sobretudo a região conhecida como Grotta, entre a Treze de Maio e a atual Avenida Nove de Julho.

A força desses registros fundados na propriedade da terra auxilia a construir a narrativa de um bairro exclusivamente italiano, de pequenos proprietários ligados às práticas artesanais. As fontes estruturadas a partir da propriedade apresentam um bairro mais homogêneo do que ele realmente foi, contribuindo para construir o esquecimento dos moradores não proprietários.

Trabalhar com as séries documentais aqui destacadas permite elaborar este processo de entendimento da formação do espaço urbano, a pluralidade dos processos, a diversidade dos proprietários, dos usos e os ritmos de transformação. Associados a outras fontes, sobretudo jornais e inventários, possibilitam conectar espaço e práticas sociais, inviabilizando o entendimento de um sem o outro.

Historiografia e a produção de fontes: o desafio do compartilhamento da pesquisa

Mas este trabalho configura outros desafios, decorrentes da dimensão quantitativa e qualitativa das informações. O processo de aproximação historiográfica daquelas pessoas, ruas, bairro e cidade se fez a partir da coleta de milhares de pequenos acontecimentos, mais ou menos próximos da vida cotidiana de centenas de pessoas. Os desafios são de duas naturezas. Como criar instrumentos que permitam o cruzamento e agrupamento das informações para o andamento da própria pesquisa. Outro, mais complexo, é a transformação desses dados em fontes de informações para tantos outros pesquisadores que poderão se apropriar e mobilizá-las a partir de seus próprios problemas.

Idealmente, pesquisas poderiam resultar nessa disponibilização, seja através da organização das fontes ou da digitalização, do conjunto do acervo consultado. Entretanto, esta é uma possibilidade dificilmente realizada. Nem mesmo projetos financiados com o objetivo de realizar esta disponibilização integral dos dados são totalmente bem-sucedidos. Apenas como exemplo podemos mencionar as enormes dificuldades do projeto SIRCA, que digitalizou as plantas que integram a documentação da Série Obras Particulares e que, por motivos “banais”, só são acessíveis no próprio Arquivo Histórico Municipal, ou de forma intermitente pela web, contrariando toda a lógica do projeto de políticas públicas. O projeto temático São Paulo, Os Estrangeiros e a Construção das Cidades, que originou minhas pesquisas recentes sobre os temas aqui abordados, procurou construir um site onde disponibilizássemos o material digitalizado e os resultados dos levantamentos documentais realizados. Passados dez anos, o servidor não funciona e o acesso às informações lá organizadas se perdeu.

Disponibilizar as informações construídas a partir de cada pesquisa realizada, de alguma forma, reinventa os acervos originais e recoloca questões fundamentais sobre arquivos, como construções resultantes de uma ação intelectual, o que significa pensar o que se inclui ou exclui, explicitando as razões das escolhas assumidas.

Construir um banco de dados que disponibilize os resultados da pesquisa realizada é, portanto, outro desafio relacionado aos acervos. Consultar, selecionar e disponibilizar os dados para outros pesquisadores é simultaneamente processo de construção de um novo acervo.

O desafio que se coloca é duplo. Criar um instrumento de busca para a pesquisa em andamento, o que significa a escolha e definição dos campos de inserção de dados e busca a partir dos objetivos definidos em um projeto específico. Aqui trata-se de viabilizar a inserção de dados de diferentes fontes documentais, selecionando informações e recortes que dialoguem com problemas e escalas de uma pesquisa em específico. Por exemplo, para nós era essencial

termos o nome dos proprietários e/ou construtores, mas não era relevante a informação sobre a fiscalização sanitária.

Em diálogo com este problema, trata-se de pensar a construção de uma base informacional que possa ser útil a outras pesquisas, permitindo tanto a inserção de dados coletados a partir de outros projetos quanto o entendimento da fonte que originou os dados a serem disponibilizados. Trata-se, portanto, de constituir um banco de dados que, tornando-se instrumento de pesquisa, configura-se, simultaneamente, em um novo acervo.

Esses desafios, tão significativos quanto o de enfrentar os objetivos do projeto em andamento, implicam em problematizar instrumentos de construção de bases digitais, seu acesso e perenidade. Significa também um esforço fundamental de construção de redes de pesquisa em humanidades que, ao colocarem em diálogo as fontes, seus problemas e potencialidades, coletivizam procedimentos intelectuais potencializando os campos e escalas de reflexão.

Notas

¹ Trata-se do Projeto Temático Fapesp (06/51727-4): São Paulo: os estrangeiros e a construção da cidade.

² Ruas São Domingos, Conselheiro Carrão, Major Diogo, Fortaleza, São Vicente, Ricardo Batista, Abolição, Treze de Maio, Manoel Dutra, Quatorze de julho, Maria José, João Passalaqua, Rui Barbosa, São Vicente.

³ Terrenos do Bixiga. Anúncio publicado em *Província de S. Paulo*, 28/07/1878, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18780728-1029-nac-3-999-3-clas>. Acesso em 28 mar. 2021.

⁴ Referente ao quadrante das ruas São Domingos, Conselheiro Ramalho, Major Diogo e Manoel Dutra.

⁵ Recorte sem referência ao Jornal. *Coleção João Baptista Aguirra*. Serviço de Iconografia e Documentação Textual – Museu Paulista/USP.

⁶ Renato Brancaglione Cristofi foi bolsista FAPESP do projeto temático São Paulo, os Estrangeiros e a Construção da Cidade. Levantou os dados existentes nas fichas do Arquivo Aguirra referente a onze ruas do Bixiga e redigiu texto, em parceria com Mariana Todorov, base para o que apresentamos a seguir.

⁷ Ao que se sabe, como importante membro da comunidade italiana de São Paulo, da qual conseguiu ascensão social e econômica, entre elas o cargo de vice-presidente da “Società Italiana de Beneficenza in San Paolo” – criada em 1878, com a finalidade de prestar assistência de saúde a imigrantes italianos, através de fundos arrecadados junto aos grupos empresariais bem sucedidos, de origem italiana, como os Crespi, Pignata-

ri, Falchi, os Matarazzo, bem como o próprio Gamba, tendo por fim a construção do antigo Hospital do Hospital Humberto Primo, inaugurado em 14/8/1904, de autoria do arquiteto italiano Giulio Micheli – possuía, ao que indica a documentação fundiária vários lotes maiores comprados nos anos iniciais do loteamento do Bixiga, e que ocupou-se ainda de vender lotes menores para pequenos proprietários.

⁸ Documentação para a Rua Major Diogo no Fundo João Batista Aguirra (Serviço de Iconografia e Documentação Textual. Museu Paulista/USP).

⁹ Imigrante português que chegou na cidade de São Paulo. Casou-se em 1865. Inicialmente foi comerciante, com loja na Rua do Comércio. Além das glebas de terra no Bixiga e em vários outros lugares da cidade, Francisco e o filho primogênito, José, compraram uma fazenda de café na região de Ribeirão Preto. O filho José também foi dono de banco, construtor, proprietário do edifício Sampaio Moreira e morador de palacete na Avenida Paulista.

¹⁰ Processo Policial, cx 3259, 9/1/1911; Autos de Corpo Delito, 1^a Delegacia Policial de São Paulo 8/12/1910; Autos de Corpo Delito, 1^a Delegacia Policial de São Paulo, 1909; Inquérito Policial, cx. 3259, 1908. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ver também Haim Grünspun, *O Bexiga*, 1979, que apresenta uma pluralidade de ofícios e atividades que preenchiam de vida as ruas do bairro.

Fonte das imagens

FIGURAS 1 e 2 Mapa Sara Brasil.

Referências bibliográficas

- CRISTOFI, Renato B.; TODOROV, M., *Bairro do Bixiga: Recuperando a Construção da Base Fundiária Através da Documentação Seriada*. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- GRÜNSPUN, Haim. *Anatomia de um Bairro, o Bexiga*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1979.
- LANNA, Ana et al. (org). *São Paulo, os Estrangeiros e a Construção das Cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.
- PIRES, Walter. Arquivo Aguirra. “Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo”. *Anais do Museu Paulista*, v. 10/11, n. 1, São Paulo, 2003, p. 61-78.
- TERRENOS do Bixiga. Anúncio publicado em *Província de S. Paulo*, 28/07/1878, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#/18780728-1029-nac-3-999-3-clas>. Acesso em 28 mar. 2021